



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
Conselho de Recursos Tributários - CRT
1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº 366 /2012 - 128ª SESSÃO ORDINÁRIA DE: 09/08/2012
PROCESSO Nº 1/3161/2010 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2010.09978
RECORRENTE: CMS COMODITY MANAGEMENT SERVICES LTDA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTE: JEANE ROLA GUIMARÃES
CONSELHEIRO RELATOR: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

EMENTA: ICMS - DEIXAR DE ENTREGAR AO FISCO DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS (DIEF). Auto de Infração Julgado Parcial Procedente. A empresa deixou de entregar ao Fisco as DIEF'S - Declaração de Informações Econômico-Fiscais - relativamente aos meses de junho a julho de 2009 e abril a maio de 2010. Os meses de janeiro e fevereiro de 2010 foram entregues dentro do prazo do Edital de Intimação nº 18/2010 e o mês de março antes da ciência do Auto de Infração. Dispositivos Infringidos: Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, inciso I, 5º e 6º da IN nº 14/2005 e Decreto nº 27.710/05. Penalidade inserta no art. 123, VI, alínea "e", item 1 da lei 12.670/96, alterada pela 13.633/2005 c/c Lei 14.447/2009. Recurso voluntário conhecido e provido em parte. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

O Auto de Infração descreve a seguinte acusação fiscal:

"Deixar o contribuinte, enquadrado no regime de pagamento normal - NL, de transmitir a Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF, quando

54

obrigada na forma e nos prazos regulamentares. Deixou de entregar as DIEFS dos meses de junho a julho/2009 e janeiro a março de 2010. A empresa foi devidamente intimada através de intimação por AR e através de Edital, mas não transmitiu suas obrigações acessórias.

Instruem o processo a Ordem de Serviço 2010.16400, Termo de Intimação 2010.13382, consultas DIEF e Aviso de Recebimento, Edital de Intimação.

O autuante apontou como infringidos o Decreto nº 27710/05 e Instrução Normativa nº 27/2009. Indicou como penalidade o art. 123, inciso VI, alínea "e", Item 1 da Lei nº 12.670/96 alterada pela Lei 14.447/09.

O Processo foi julgado a revelia na Instância Singular oportunidade em que o monocrático declara o lançamento fiscal Procedente.

A empresa inconformada com a decisão singular ingressou com recurso voluntário alegando que as DIEFS de junho e julho de 2009 foram encaminhadas em 17/08/2009, conforme consulta de Recibo de Processamento as fls. 50/51. Já as DIEFS de janeiro, fevereiro e março de 2010, informa que foram entregues dentro do prazo do Edital nº 18/2010.

A Consultoria Tributária após consulta ao Sistema DIEF constata que o contribuinte entregou as DIEFS dos meses de janeiro e fevereiro/2010 em 17/08/2010 e a de março havia sido entregue em 18/08/2010, antes da ciência da lavratura do auto de infração, razão pela qual excluiu da cobrança os referidos meses. Segundo a consultoria o contribuinte estaria omissa na entrega somente dos meses de junho/09, julho/09, abril/210 e maio/10.

Desse modo a Consultoria conhece do recurso voluntário, dar-lhe provimento em parte, sugerindo a Parcial Procedência do feito fiscal.

O representante da douda Procuradoria emite despacho as fls.66 dos autos confirmando o Parecer da consultoria tributária.

Em síntese é o Relatório.

VOTO DO RELATOR

O presente auto de infração denuncia que a autuada, enquadrada no regime Norma de Recolhimento - NL, devidamente intimada, deixou de cumprir com a obrigação tributária acessória de enviar ao Fisco as Declarações de Informações Econômico - Fiscais - DIEF's, referentes aos meses de junho e julho/2009, janeiro a maio de 2010.

Inconformada com a decisão singular que pugnou pela procedência da acusação fiscal o contribuinte interpôs recurso voluntário alegando que as DIEFS de junho e julho de 2009 foram encaminhadas em 17/08/2009, conforme consulta de Recibo de Processamento as fls. 50/51. Já as DIEFS de janeiro, fevereiro e março de 2010, informa que foram entregues dentro do prazo do Edital nº 18/2010.

Pois bem, em consulta ao Sistema da SEFAZ é possível constatar que as DIEFS dos meses de janeiro e fevereiro de 2010 foram recepcionadas pelo sistema em 17/08/2010 e a de março/2010 em 18/08/2010 antes da ciência da lavratura do auto de infração que somente ocorreu em 27/08/2010.

Vale ainda ressaltar que é considerado como recebida a Declaração de Informações Econômico-Fiscal - DIEF, que é validade pelo sistema após a sua incorporação, conforme estabelece o artigo 5º, §2º, da Instrução Normativa nº14/2005. Apesar da entrega ter ocorrido fora do prazo do Termo de Intimação, essa Câmara já firmou entendimento de que se o contribuinte efetuar o envio das DIEFS omissas antes da lavratura do auto de infração, e sendo estes documentos incorporados pelo sistema da SEFAZ, deve ser considerada como entregue dentro do prazo regulamentar previsto na Instrução Normativa.

Art.5º(...)

§2º A entrega somente poderá ocorrer após o arquivo ser processado e validado sem erros pelo Programa da DIEF.

Dessa forma e considerando que o contribuinte não cumpriu na íntegra obrigação acessória relativa ao envio da DIEFS, mas somente parte, ou seja, dos meses de janeiro a março de 2010, ficando omissa nos demais meses para o envio nos prazos determinados pela legislação tributária, concluo pela manutenção da acusação fiscal nos termos do Parecer da Consultoria.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dando-lhe provimento em parte para modificar decisão condenatória proferida na Instância Singular, e declarar Parcial Procedente a presente acusação fiscal nos termos do Parecer da consultoria tributária, referendado pelo representante da Doutrina Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

300 UFIRCES X 02 meses (junho a julho/09)= 600 Ufircs

600 UFIRCES X 02 meses (abril e maio/10) = 1.200 Ufircs

Total da Multa: 1.800 Ufircs

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** recorrido **CMS COMODITY MANAGEMENT SERVICES LTDA**, resolvem:

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe parcial provimento para alterar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, e julgar **PARCIAL PROCEDENTE** a ação fiscal, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 15 de 10 de 2012.

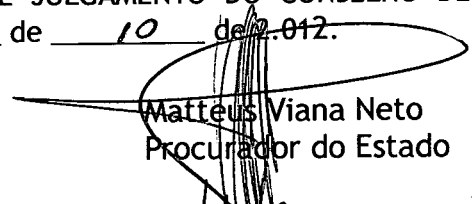

Francisca Marta de Sousa
Presidente

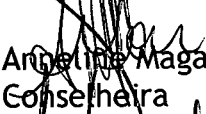

Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro Relator

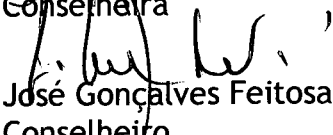

Manoel Marcelo A. Marques Neto
Conselheiro

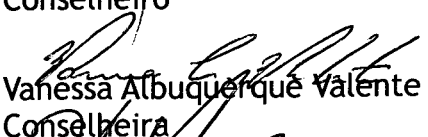
Ana Mônica Filgueiras Menescal
Conselheira


Antonio Gilson Aragão de Carvalho
Conselheiro


Mateus Viana Neto
Procurador do Estado


Angélica Magalhães Torres
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


Pedro Eleuterio de Albuquerque
Conselheiro